

Anti-funcionalismo público, Governo descarta ajustes; entidades lutam

Antes mesmo de se declarar pré-candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro já deixava evidente seu posicionamento com relação aos servidores públicos. Considerados pelo militar como a raiz da crise econômica brasileira, trabalhadores do Estado têm à frente um futuro desfavorável. Desde janeiro, entidades sindicais se desdobram para proteger os servidores das mudanças anunciadas pela nova gestão do Palácio do Planalto. Extinção de Ministérios, proibição de ajustes salariais e realização de concursos públicos, possibilidade de fim do reajuste linear garantido pela Constituição Federal, encerramento da aposentadoria pública e outras medidas exigem esforços redobrados dos sindicatos para proteger os direitos da categoria.

Para o Diretor da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, o contexto pede esforço geral dos servidores públicos. "As entidades sindicais estão sofrendo um processo de fragilização grave por conta da Medida Provisória 873 de Bolsonaro [que alterou a forma de financiamento das organizações]. Querem nos silenciar porque somos nós que temos denunciado as tentativas de des-

monte do Estado e porque nós brigamos em defesa de quem faz a máquina girar. Para garantirmos nossos direitos agora, precisamos de mobilização de todos e de gente nas ruas. A situação é crítica", convoca Sérgio.

Salários

Em março, a Condsef/Fenadsef participou do lançamento da Campanha Salarial unificada, em que entidades entregaram ao diretor do Departamento de Relações do Trabalho no Serviço Público Federal, Cléber Izzo, solicitação com 22 pontos defendidos pelos fóruns, Fonasefe e Fonacate. O documento incluiu correção salarial com índice próximo de 33%, calculado por Dieese e Sinal. A defesa era para que índice fosse aplicado até janeiro de 2020. Entretanto, há dez dias, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (PLDO), anunciado pela equipe de Paulo Guedes, proibiu o reajuste salarial de todas as carreiras federais, exceto de militares.

Concursos públicos também foram vetados para o próximo ano. Dos cerca de 650 mil servidores do Executivo em atividade, 50% devem se aposentar até 2021. Nos últimos dois anos mais de 215 mil servidores já se

aposentaram e mais de 100 mil ainda atuam recebendo o chamado abono permanência. Sem reposição dessa força de trabalho, o Estado será desmontado e brasileiros podem ficar sem atendimento público. A intenção do Governo é substituir os serviços por terceirização e privatizações.

Ao completar 100 dias de gestão, o Ministério da Economia declarou ter arrecadado US\$ 12,1 bilhões em privatizações, concessões e desinvestimentos. O anúncio foi feito em evento organizado pelo Banco Itaú. "A partir disso, percebe-se quais os objetivos do Governo e do lado de quem ele está administrando o País", aponta Sérgio Ronaldo. Enquanto desde 2000, pelo menos 884 serviços foram reestatizados no mundo, o Brasil está entregando suas estatais. Pré-sal e Eletrobrás devem ser vendidas ainda neste ano, segundo anunciado pela equipe de Guedes.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que o serviço público "é uma fábrica de marajás". O discurso lembra uma realidade dura vivida no passado, quando Fernando Collor também fez a mesma comparação e exonerou dezenas de funcionários.

Matéria Completa em condsef.org.br

**NÓS SINDICALIZADOS,
SOMOS A LINHA DE FRENTE NA DEFESA DO
NOSSO SINDICATO !**



**O Sindicato quer continuar a ajudá-lo.
Não fique só, mantenha-se sócio.**

Pague sua contribuição sindical mensal no próprio sindicato, através de transferência ou depósito bancário para as contas do Sindsep/MA:

**Banco do Brasil - Agência 020-5,
Conta Corrente 148581-4 ou**

**Caixa Econômica - Agência 0027,
Operação 003, Conta Corrente 3162-5.**



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

CARTA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A Diretoria do Sindsep/MA informa aos seus filiados (aposentados e pensionistas) que em virtude da Medida Provisória 873/2019, que quebrou unilateralmente o contrato de consignação para desconto das mensalidades sindicais em folha, e que como ainda é pequeno número de filiados que vieram ao sindicato para pagar suas contribuições, o nosso sindicato ficou com situação financeira muito delicada. Portanto, estamos suspendendo temporariamente nossas atividades nos dois turnos, passando a funcionar só pela manhã, até que essa situação seja regularizada.

O governo tomou essa medida com medo de não aprovar a reforma da previdência por conta das mobilizações e ações dos sindicatos. Dessa forma Bolsonaro tenta dificultar a contribuição dos associados para enfraquecer os sindicatos e com isso tentar impedir que, tal como aconteceu com a reforma da previdência de Temer, os sindicatos consigam mobilizar a maioria (60%) da população que são contra a reforma e impeçam a aprovação dessa maldade contra os trabalhadores do campo, da cidade dos setores público e privado.

Pedimos mais uma vez a aqueles que não tiveram o desconto no contracheque da mensalidade sindical, que procurem diretamente a **SEDE do sindicato**, ou ainda através de depósito ou transferência bancária em uma das contas do Sindsep/MA para efetuarem sua contribuição:

BANCO DO BRASIL - Agencia 020-5; Conta Corrente 148581-4

CAIXA ECONÔMICA - Agencia 0027, operação 003, Conta Corrente 3162-5

Base unida, sindicato forte por um serviço público de qualidade.

Assim o sindicato estará protegido e fortalecido para defender o direito à aposentadoria.

Filiado, vamos mostrar ao governo que não adianta jogar sujo ou nos ameaçar. Trabalhadores unidos jamais serão vencidos.

Não à Reforma da Previdência.

A Direção